



O ESPETÁCULO DA PROFANAÇÃO: MUSEALIZAÇÃO DE RESTOS HUMANOS, ÉTICA E DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS NO CHILE

Janice Gonçalves¹

Resumo: São apresentadas reflexões cuja origem remonta a uma viagem à região norte do Chile, entre dezembro de 2015 e janeiro de 2016, na qual pude observar diferentes formas de lidar com a musealização de restos humanos, especificamente aqueles anteriores à conquista e à ocupação do território por europeus. Não apenas foi possível verificar orientações distintas entre as instituições museológicas (quanto à manutenção das peças em seus acervos e quanto à sua exibição, em especial) como também a maior ou menor visibilidade dada à percepção dos povos indígenas contemporâneos quanto a esses materiais, ou mesmo à influência desses povos no tratamento reservado àquilo que antes era classificado apenas como vestígio arqueológico ou peça museológica. Em diálogo com bibliografia pertinente ao tema (com destaque para o livro referencial de Patrícia Ayala Rocabado, *Políticas del pasado – indígenas, arqueólogos y Estado en Atacama*), propõe-se focar algumas das tensões implicadas na abordagem de restos humanos como bens culturais – quer patrimonializados mas mantidos *in situ*, quer deslocados dos sítios arqueológicos onde foram localizados, incorporados a acervos institucionais e apresentados em exposições. Tensões essas consideradas nos quadros gerais das violências simbólicas cometidas contra os povos originários das Américas e não desconectadas de demandas e lutas do presente.

Palavras-chave: patrimônio cultural, museus, restos humanos, povos indígenas, Chile.

INTRODUÇÃO

Este texto se refere à breve comunicação realizada no IV Simpósio Internacional História do Tempo Presente, na qual revisei reflexões motivadas por uma viagem à região norte do Chile entre dezembro de 2015 e janeiro de 2016. As reflexões destacadas referem-se a distintas formas de lidar com a musealização de restos humanos – especificamente, restos humanos de indivíduos que viveram no território chileno no largo espectro temporal que antecede sua conquista e ocupação por europeus. Durante aquela viagem, particularmente dois aspectos chamaram minha atenção: de um lado, as diferentes orientações das instituições museológicas quanto à manutenção daquelas “peças” em seus acervos e quanto à sua

¹ Doutora em História, docente do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC); e-mail de contato: janice.goncalves@udesc.br



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL
HISTÓRIA DO TEMPO
2021 PRESENTE
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



exibição; de outro, a presença ou não de referências aos povos indígenas contemporâneos nessas mesmas orientações e nos procedimentos adotados pelas instituições em relação aos restos humanos integrados a seus acervos. Tendo guardado comigo imagens bastante vivas dessa experiência de viagem, entendi que as reflexões acerca do tema, então apenas esboçadas, poderiam ser retomadas e apresentadas para discussão, no âmbito do simpósio temático “Tempo presente, patrimônio cultural e lutas por direitos nas Américas”. Pareceu-me instigante compartilhá-las, com alguma ampliação, pois poderiam contribuir para pensar tensões, incongruências e desafios do campo do patrimônio cultural, contemporaneamente, considerados, sobretudo, os quadros gerais das violências simbólicas cometidas contra os povos originários das Américas, às quais também se imbricam suas demandas e lutas.

O texto foi articulado e desdobrado em três partes, de modo a capturar momentos, circunstâncias e agentes distintos quanto às formas de relacionamento entre museus, profissionais do campo da Arqueologia e da Antropologia, populações locais e restos humanos considerados musealizáveis, no Chile. São flagradas configurações peculiares dessa rede de relações, além de permanências e mudanças que não se desdobram de forma temporalmente linear. Cabe salientar que a primeira situação abordada não tem vínculo direto com a viagem à qual me referi inicialmente; possui, porém, caráter emblemático quanto às discussões aqui enfocadas, além de aludir às populações indígenas do norte do atual território chileno.

1. O MENINO DO CERRO EL PLOMO

Em fevereiro de 1954, exploradores à caça de “tesouros” encontraram no Cerro El Plomo, na Cordilheira dos Andes, nas proximidades de Santiago, Chile, a mais de 5 mil metros de altura, o cadáver de uma criança – um menino. Encontraram igualmente outros objetos que, assim como o cadáver, aparentavam datar de muito tempo. Poucos anos mais tarde, após processo de pesquisa, análise e interpretação, todos esses elementos foram entendidos como integrantes de uma oferenda ritual, sendo que o sacrifício da criança teria sido parte fundamental da cerimônia. “El niño del Cerro El Plomo” foi vendido ao Museu Nacional de História Natural, em Santiago, pelos três exploradores que o descobriram (Guillermo Chacón, Luis Gerardo Ríos e Jaime Ríos), contando para isso com a decisiva intermediação da pesquisadora (arqueóloga e antropóloga) Grete Mostny, vinculada ao mesmo museu.



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL
HISTÓRIA DO TEMPO
2021 PRESENTE
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



Em 1957, o boletim do Museu Nacional de História Natural publicou dossiê que reuniu diversos estudos sobre esse importante “achado”, como foi então caracterizado. Grete Mostny foi responsável pela organização do dossiê. Por meio dele se sabe que o cadáver do menino foi submetido, à época, a vários exames e análises de caráter técnico: estudos de tipo “somatométrico”, médico, radiológico, parasitológico, datiloscópico, histológico e odontológico. As roupas e demais objetos encontrados com ele, ou próximos, também foram examinados. Entre as conclusões a que se chegou, podem ser salientadas as seguintes: a criança, de 8 a 9 anos, fez parte de um ritual provavelmente realizado como um dos tributos sacrificiais de crianças ocorridos no Império Incaico (talvez um sacrifício ao deus Sol); suas vestes e adornos apontam grande probabilidade de a criança ser originária da região do “altiplano norte do Chile ou sul da Bolívia” (MOSTNY, 1957, p. 114); o sacrifício teria ocorrido por volta do ano 1.500 (MOSTNY, 1957, p. 115).

Considerado “uma das peças antropológicas mais valiosas do Museu Nacional de História Natural”, o “menino do Cerro El Plomo” não é, tecnicamente, uma múmia, como inicialmente anunciado, pois seu corpo foi liofilizado de forma natural: depois de o menino ser embebedado com chicha, ou talvez drogado com outra substância, foi instalado e encerrado em uma câmara escavada no solo gelado. O frio intenso desidratou seu corpo, mas não deteriorou suas formas: conservou-se, assim, sentado, com as pernas dobradas e a cabeça e os braços apoiados sobre os joelhos, com as mãos juntas; o semblante sereno dá a impressão de que apenas descansa ou dorme. Seus cabelos foram preparados com tranças e adornos, o que fez com que as primeiras imagens do cadáver, disseminadas pela imprensa, o identificassem ao de uma princesa. O impressionante estado de conservação do corpo, dos adornos e das roupas é certamente parte fundamental da atração que exerceu durante décadas sobre os visitantes do Museu. Também o imaginário ativado em torno de uma criança que parece dormir (e que não manifesta dor em sua fisionomia) é provavelmente parte desse poder de atração.²

Até a década de 1980, o “menino do Cerro El Plomo” estava em exibição no Museu Nacional de História Natural, na área aberta à visitação pública. A partir de então, foi substituído por uma réplica, na exposição “Chile biogeográfico”. Consta que sua retirada se

² Solange Ferraz de Lima e Vânia Carneiro de Carvalho indicaram dimensões semelhantes (a não visualização de expressão de dor, a ausência de sinais de deterioração do corpo e a impressão de estado de sono) como elementos presentes no impulso dado à circulação midiática, em 2015, da imagem do cadáver do menino sírio Aylan Kurdi, encontrado em uma praia turca (LIMA, CARVALHO, 2018).



deveu principalmente a questões técnicas: detectou-se deterioração e a “peça” foi transferida para um setor do Museu em que poderia ser abrigada em câmara refrigerada. Mas teriam contado também, na decisão envolvendo a retirada do “original” das vistas do público, recomendações da UNESCO quanto à exibição de restos humanos, especialmente quando associados a contextos culturais que remetem ao sagrado. (NIÑO, 2021).

2. NO VALE DO RIO LOA, ALTIPLANO: O MUSEU ARQUEOLÓGICO DE SAN PEDRO DE ATACAMA

Nos anos 1980 se ampliaram os questionamentos, por parte de povos originários, dos destinos dados a restos humanos compreendidos por eles como pertencentes a seus ancestrais, mas com frequência considerados “patrimônio arqueológico”. O debate a esse respeito também está vinculado ao empoderamento e à afirmação identitária desses grupos. A arqueóloga e antropóloga chilena Patricia Ayala Rocabado, em livro referencial sobre o tema publicado em 2008 (base para os comentários desta parte do texto), fez um apanhado de algumas das demandas originadas dessa discussão, na América Latina, que envolveram: devolução e controle de peças e sítios arqueológicos; reinterpretação dos significados atribuídos a esses elementos, bem como de sua articulação com uma dada narrativa histórica; reenterramento dos restos humanos patrimonializados; proibição de escavações em locais considerados sagrados (AYALA ROCABADO, 2008, p. 40-41).

Patrícia Ayala Rocabado dedicou-se ao estudo dessas questões, sobretudo, na área do Atacama, em torno de cidades e povoações como Calama, Chiu Chiu e San Pedro de Atacama. Nessa região, foi marcante a atuação do padre jesuíta Gustave Le Paige (1903-1980), que, a partir de suas escavações arqueológicas, foi diretamente responsável pela constituição do acervo do Museu instalado em San Pedro – museu arqueológico que recebeu seu nome e que, na década de 1980, deu origem ao Instituto de Investigaciones Arqueológicas y Museo. Conforme a autora, o padre Le Paige atuou muito fortemente nos cemitérios indígenas, tendo sido responsável pela “excavación de cientos y cientos de tumbas” (AYALA ROCABADO, 2008, p. 73), que integraram ao acervo do museu, entre outras “peças”, centenas de crâneos.

Para os povos originários, especificamente para os atacamenhos, habitantes daquela região, os locais considerados sítios arqueológicos são, mais que tudo, *gentilares*, lugares



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL
**HISTÓRIA DO TEMPO
2021 PRESENTE**
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



associados aos *abuelos*, aos *antiguos*, aos *gentios* (nome com que os espanhóis colonizadores designavam os integrantes da população não europeia e não católica na América hispânica). Devem ser respeitados, portanto. Em caso contrário, há o risco de o incômodo causado aos *antiguos* provocar doenças ou outros malefícios (AYALA ROCABADO, 2008, p. 79-82). Contudo, em paralelo a essa atribuição de valor, assinala-se a realizada por outros sujeitos, mobilizando referenciais culturais distintos:

[...] discursos introducidos por **actores externos** que **le otorgan un valor científico y patrimonial a estos bienes**, lo cual se relaciona con la difusión y adopción de conceptos de rescate, protección, cuidado y defensa del **patrimonio arqueológico**, además del planteamiento de continuidad cultural atacameña y de la noción de antepasados para referirse a los vestigios arqueológicos de la zona. (AYALA ROCABADO, 2008, p. 87. Grifos meus)

Essas perspectivas divergentes levaram a um alto nível de tensão, no final da década de 1980, não somente com a rejeição do museu por boa parte da população local como ainda com a hostilização dos profissionais que nele atuavam. Mas cabe salientar que, segundo Ayala Rocabado, até então a afirmação da identidade indígena se dava, na região, de forma minoritária e difusa, o que foi alterado, notadamente, a partir da década de 1990, sob influência da Lei Indígena (Lei n. 19.253), promulgada em 1993.

Aspectos novos nessas tensões parecem se desenhar na virada para os anos 2000, em que foi enfatizado, por parte dos grupos indígenas, o desrespeito aos mortos, associado à exibição de fragmentos de seus corpos em vitrines da instituição museológica de San Pedro: veja-se que, em 12 de outubro de 2000, houve tentativa de incendiar o Museu; a data, associada tradicionalmente ao início da conquista europeia da América e à consequente submissão à força de seus povos, certamente não foi escolhida de maneira fortuita. Pouco tempo depois, um grupo de pessoas integrantes da população local chegou a fazer protestos e inclusive ocupações no Museu, pondo em xeque os significados atribuídos a alguns dos componentes de seu acervo, marcadamente aqueles relacionados a restos humanos: foram espalhadas velas em alguns locais da instituição e esboçadas cerimônias fúnebres. Também cresceram os episódios de conflito direto com arqueólogos, em sítios arqueológicos da região; surgiram reivindicações de que arqueólogos (e também antropólogos) ali atuantes fossem “atacamenhos”, para que assim se tentasse garantir uma melhor compreensão de suas realidades e demandas. Esses conflitos não impediram, porém, escavações sem o



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL
**HISTÓRIA DO TEMPO
2021 PRESENTE**
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



consentimento (e sem o conhecimento) das comunidades atacamenhas (AYALA ROCABADO, 2008, p. 115, 122-123, 139-141, 147, 149).

A intensificação dos questionamentos e embates entre comunidades indígenas locais e profissionais de museus e arqueólogos na região do Vale do Rio Loa contribuiu para iniciativas de diálogo, formalizadas entre os anos 2000 e 2005, com a importante participação da *Asociación Cultural Indígena Atacameña de Tradiciones y Costumbres de la Comuna de Calama*. Também ocorreram “mesas de diálogo”, especificamente voltadas para o museu de San Pedro (AYALA ROCABADO, 2008, p. 151 e 154). Escrevendo há 13 anos, Patrícia Ayala Rocabado destacou:

Actualmente ya no se excavan cementerios prehispánicos en el oasis, aunque en ciertos proyectos en los cuales se han encontrado entierros estos se ha comunicado a la población local para decidir en conjunto como abordar esta situación, aplicándose nuevas metodologías de trabajo en este sentido. (AYALA ROCABADO, 2008, p. 159).

Entre as principais interdições que os atacamenhos propunham estavam a de não escavar cemitérios e a de não exibir corpos humanos. Na fala de um deles:

Yo visitava el Museo de San Pedro, me daba pena ver un cráneo en la vitrina, **yo creo que a nadie le gustaría que cuando se muera después le profanen sus tumbas, que sea mostrado en una vitrina, en un museo**, creo que podemos mostrar artefactos líticos, textiles, herramientas que fueron de nuestros antepasados, pero no a ellos [...] (C.P., 2001, apud AYALA ROCABADO, 2008, p. 165. Grifos meus.)

Alguns arqueólogos entenderam que a não exibição deveria recair apenas sobre restos humanos mais recentes; para outros, porém, a decisão deveria abarcar quaisquer restos humanos. Na visão de um desses profissionais, em 2004:

Si un resto humano tenga 10 mil o tenga 10 años es igual un resto humano. En ese sentido no tiene que ver con la opinión. Para mí esta cosa de exponer un cadáver no tiene que ver con la opinión de las comunidades, **tiene que ver con la más simple ética de relación que uno tiene con cualquier persona**. (“Arqueólogo”, 2004, citado por AYALA ROCABADO, 2008, p. 180. Grifos meus)

Tensões, conflitos abertos, aproximações e negociações tecidas neste período, entre profissionais que atuavam no campo da Arqueologia (e, principalmente, vinculados ao museu de San Pedro) e a população local, em especial a parcela identificada como indígenas



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL
HISTÓRIA DO TEMPO
2021 PRESENTE
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



atacamenhos, foram decisivas para alterações nas orientações e procedimentos adotados em relação aos restos humanos encontrados na região, a partir de inícios dos anos 2000. Note-se que o museu de San Pedro de Atacama decidiu deixar de exibir corpos humanos (ou partes deles) em 2006, o que se cumpriu a partir de 2007, quando realizada a remodelação das áreas expositivas (AYALA ROCABADO, 2008, p. 181).

Em janeiro de 2016, estando na região, testemunhei a forte presença indígena, em cidades com mais destaque (como Calama e San Pedro), assim como nas povoações menores das proximidades. A visita ao “Museo Arqueológico R. P. Gustavo Le Paige” não pôde ser feita, já que estava fechado em decorrência de obras do projeto de “renovación arquitectónica y museográfica”.

Na região do Vale do Rio Loa, portanto, pressões locais muito firmes das comunidades indígenas foram determinantes para mudanças no tratamento dos restos humanos de povos originários, no âmbito das ações de sua principal instituição museológica e no de procedimentos arqueológicos em sítios que contemplavam áreas de enterramentos pré-coloniais.

3. MAIS AO NORTE: O MUSEU DAS MÚMIAS CHINCHORRO

Em contraste com o observado na região do Vale do Rio Loa, na região de Tarapacá, mais ao norte, a exibição de restos humanos é chamariz de um destacado museu universitário: o Museo Arqueológico San Miguel de Azapa ou Museo Universidad de Tarapacá, na comuna de Arica. Seu principal atrativo são as múmias Chinchorro, presentes também em outros museus chilenos (como o Museu de Arte Pré-Colombino), mas existentes em quantidade expressiva nesse museu. São valorizadas, antes de tudo, por serem tidas como “as mais antigas do mundo” (LAS MOMIAS, 2018).

No sítio eletrônico da instituição, juntamente com informações básicas sobre sua trajetória (na página “Historia”) são apresentadas algumas indicações acerca dessa questão sensível:

El Museo Universidad de Tarapacá pertenece al Departamento de Antropología de la Facultad de Ciencias Sociales y Jurídicas de la Universidad de Tarapacá, Arica, Chile. Su historia se inicia el año 1957, con el Museo Regional de Arica, que desarrolla su acción sobre la base de una tradición arqueológica local de inicios del siglo XX, con investigadores de la talla de Max Uhle y Junius Bird. [...]



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL
HISTÓRIA DO TEMPO
2021 PRESENTE
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



Este Museo **observa las normas éticas internacionales sobre exposición de restos humanos y culturales, de modo que no se muestran los rostros descubiertos de las momias. Asimismo, por razones de conservación de todo este delicado material, se prohíbe las fotografías con flash y las filmaciones con luz adicional.** (MUSEO, 2021. Grifos meus.)

Veja-se que a preocupação demonstrada se assenta sobre a apresentação ou não do rosto das múmias, sendo que a restrição existente quanto ao registro fotográfico ou fílmico com *flash* ou “luz adicional” somente é justificada em decorrência de questões técnicas, ligadas à conservação física do “delicado material”. Por que a preocupação especial com o rosto? Em que consiste a delicadeza do material, afinal? Para melhor avaliar essas questões, cabe compreender algumas das características das múmias Chinchorro e de que forma são exibidas no Museu.

De maneira sucinta, cabe informar que a chamada cultura Chinchorro desenvolveu-se naquela região do atual Chile entre 7.000 e 3.700 anos A.P. e notabilizou-se pela forma singular com que eram tratados os corpos de seus mortos. O processo de mumificação envolvia a retirada da pele e dos principais órgãos internos, extraindo-se as partes moles e úmidas; buscava-se enrijecer o corpo com uma estrutura formada por pedaços de madeira e fibras vegetais, preenchida com argila e partes de plantas (ou, mesmo, com plumas e ossos). O corpo era então modelado com argila e o rosto coberto por uma máscara escura, que indicava a face da pessoa morta com traços muito simplificados. Também de argila ou barro, a máscara era pintada com um composto de manganês (no caso de máscaras mais antigas) ou de óxido de ferro (SANTOS VARELA, 2002, p. 76; LAS MOMIAS, 2018). Mariela Santos Varela indicou a quantidade de múmias do museu arqueológico da Universidade de Tarapacá, por volta de 2002, e de onde provinham:

La colección Chinchorro **cuenta con más de un centenar de cuerpos**, los que se encuentran **completos y/o fragmentados**, independiente de su condición, se han contabilizado como unidad. Los cuerpos **proceden de diversos cementerios de la costa de Arica y de la desembocadura del valle de Camarones**, en la I Región de Chile. (SANTOS VARELA, 2002, p. 76. Grifos meus).

Diferentemente do constatado no Vale do Rio Loa, não localizei, na região de Tarapacá, informações sobre protestos de povos originários quanto à retirada desses restos humanos de seus locais de sepultamento. Uma hipótese é que a antiguidade das múmias e a ausência de percepção de uma continuidade entre a cultura Chinchorro e a dos povos



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL
HISTÓRIA DO TEMPO
2021 PRESENTE
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



indígenas da região afastou questionamentos quanto à sua apropriação para estudo, bem como quanto à sua musealização.

Até mesmo a devolução de múmias Chinchorro existentes fora do Chile, na década de 2010, não foi alvo de uma campanha lastreada no empoderamento de populações nativas: a notícia da devolução de algumas delas, por parte de autoridades da Suíça, indica uma iniciativa voluntária do governo daquele país (EL REGRESO, 2011). Quanto às múmias, prevaleceu a ênfase nos discursos sobre sua anterioridade em relação às do Egito (conhecidas amplamente e sujeitas a toda sorte de midiatização, desde o século XIX), bem como em sua singularidade; isso fortaleceu as articulações entre a musealização e os circuitos turísticos, além de ter impulsionado a iniciativa de postulação das múmias Chinchorro como patrimônio da humanidade. Note-se que há mais de uma década são tomadas iniciativas envolvendo essa postulação junto à Unesco, entre elas a de criação da “Corporación Chinchorro Marka” (AVANZA, 2010; CREAN, 2019). Os sítios arqueológicos associados às múmias Chinchorro, no Chile, foram agregados pela Unesco, em 1998, à lista provisória de bens do patrimônio mundial, estando prevista para 2021 a decisão quanto à sua inclusão de fato (ARCHAEOLOGICAL, 2021).

A fresta por onde se vislumbra a atenção ao caráter sensível do ato de expor restos humanos em vitrinas de museus aparece, como já visto, em trecho de texto que, contido no próprio sítio eletrônico do museu de San Miguel de Azapa, salienta que a instituição “observa las normas éticas internacionales sobre exposición de restos humanos y culturales”. Se tomarmos como referência o Código de Ética do Conselho Internacional de Museus (ICOM, 2017), veremos que as disposições relativas a restos humanos estão em três diferentes momentos do documento (itens 2.5, 37 e 4.3), embora a redação se diferencie muito pouco: trata-se de garantir a guarda em segurança e de forma respeitosa de “coleções de restos humanos e material de significação sagrada” que venham a ser adquiridos, pesquisados ou exibidos nas instituições museológicas; sobretudo, tais ações (aquisição, pesquisa, exibição) deveriam se dar em consonância com “padrões profissionais” e “levar em consideração os interesses e crenças da comunidade, grupos étnicos ou religiosos de quem os objetos se originaram, onde eles são conhecidos”. O item 4.3 ainda estabelece que a apresentação de tais materiais deve ser feita “com muito tato e respeito pelos sentimentos de dignidade humana de todos os povos”.



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL
HISTÓRIA DO TEMPO
2021 PRESENTE
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



Vê-se, assim, de acordo com o Código de Ética do ICOM, que a tomada compartilhada de decisões, de modo a articular instituições museológicas e coletividades diretamente envolvidas ou interessadas nessas ações (de aquisição, pesquisa e exibição de restos humanos) é um pressuposto básico. Sem essa parceria, as alusões ao respeito e ao cuidado com esse material sensível se mantêm em plano excessivamente genérico, de tal forma que o próprio pessoal técnico da instituição museológica definirá a adequação do nível de cuidado ou o de respeito e se, por consequência, as normas internacionais pertinentes foram cumpridas.

Quando visitei o museu arqueológico de Azapa, em janeiro de 2016 – pouco tempo, aliás, após visitar alguns museus do “Norte chico” e do “Norte grande” chileno –, me surpreendi com sua arquitetura moderna e de grandes dimensões; particularmente, após ter passado pela região do Vale do Rio Loa, surpreendeu-me seu foco privilegiado em restos humanos. Devo salientar que, naquele momento, boa parte do acervo exibido estava disposto em vitrinas bastante amplas e profundas, o que fazia com que o seu interior fosse contemplado, pelos visitantes, a certa distância. Além disso, prevalecia, nas vitrinas, a penumbra. Distanciamento e penumbra (além da proibição de fotos com *flash* e da manutenção das máscaras sobre os rostos das múmias) parecem atender, em parte, às demandas de respeito e cuidado indicadas nas normas éticas internacionais de museus. Todavia, serão suficientes para impedir a coisificação que as práticas museológicas (e os saberes a ela associados) imprimem aos restos humanos?

Com o exemplo das múmias Chinchorro tornam-se perceptíveis aspectos de continuidade em relação ao primeiro caso examinado neste texto, o do “menino do Cerro El Plomo”, uma vez que o espaço museológico aparece, em ambos, como *locus* privilegiado de exibição de componentes de manifestações culturais vistos como extremamente singulares, raros, excepcionais – “ativos” museológicos expressivos no interior de uma economia do patrimônio cultural. Também em ambos os casos as restrições à exibição de restos humanos (com a substituição da “peça” por uma réplica, no Museu Nacional de História Natural, ou com a adoção de uma museografia que possa tolher o olhar invasivo, no museu das múmias Chinchorro de Azapa) se apresentam fundamentalmente vinculadas a normativas e



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL
**HISTÓRIA DO TEMPO
2021 PRESENTE**
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



procedimentos internacionais, no campo da Museologia. O discurso científico e, mais especificamente, o patrimonial, se impõe, de forma naturalizada, sem que possam ser vislumbrados abalos causados pela presença de populações indígenas no mesmo lugar geográfico das instituições museológicas aqui abordadas; sem que discursos e práticas sejam significativamente perturbados por debates que marcam o tempo presente, como, por exemplo, os relativos à colonialidade e à decolonialidade (e, neste caso, sobretudo à colonialidade do saber). Daí o papel-chave da mobilização das comunidades indígenas para questionar a profanação, transformada em espetáculo, dos corpos de antigos habitantes do território, tenham sido ou não seus ancestrais diretos. Nestes tempos pandêmicos de banalização da morte, macabramente acompanhada do elogio da tortura, além da cotidianidade da violência e do morticínio que atinge indígenas, negros, mulheres, sujeitos LGBTQI+ e grupos populares em geral, a luta pela reumanização dos restos humanos coisificados não se apresenta como uma questão menor.

REFERÊNCIAS

ARCHAEOLOGICAL Sites of the Chinchorro Culture. **World Heritage Site**. Disponível em: <https://www.worldheritagesite.org/tentative/id/1188>. Acesso em: 11 fev. 2021.

AYALA ROCABADO, Patrícia. **Políticas del pasado: indígenas, arqueólogos y Estado en Atacama**. San Pedro de Atacama: Línea Editorial IIAM, 2008.

AVANZA puesta en valor de la cultura Chinchorro como patrimonio de la humanidad. **Sítio eletrônico do Consejo de Monumentos Nacionales de Chile**, 15 fev. 2010. Disponível em: <https://www.monumentos.gob.cl/prensa/noticias/avanza-puesta-valor-cultura-chinchorro-como-patrimonio-humanidad> Acesso em: 11 fev. 2021.

CREAN Corporación para proteger y preservar momias de la cultura Chinchorro. **Sítio eletrônico do Servicio Nacional del Patrimonio Cultural**, 10 dez. 2019. Disponível em: https://www.patrimoniocultural.gob.cl/614/w3-article-93693.html?_noredirect=1 Acesso em: 11 fev. 2021.

EL REGRESO de las momias. **Sítio eletrônico da Deutsche Welle**, 24 jan. 2011. Disponível em: <https://www.dw.com/es/el-regreso-de-las-momias/a-14785061>. Acesso em: 18 mar. 2021.



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL
HISTÓRIA DO TEMPO
2021 PRESENTE
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



ICOM Code of Ethics for Museums. Paris: ICOM, 2017. Disponível em: <https://icom.museum/wp-content/uploads/2018/07/ICOM-code-En-web.pdf> Acesso em: 10 mar. 2021.

LIMA, S. F. de, CARVALHO, V. C. de. Circuitos e potencial icônico da fotografia: o caso Aylan Kurdi. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 44, n. 1, p. 41-60, jan.-abr. 2018.

MOSTNY, Grete (Ed.). La momia del Cerro El Plomo. **Boletín del Museo Nacional de Historia Natural**, Santiago, v. 27, n. 1, p. 3-142, 1957.

LAS MOMIAS mas antiguas del mundo. **Sítio eletrônico do jornal El País**, 9 oct. 2018. Disponível em: <http://masma.uta.cl/2018/10/16/museo-principal/>. Acesso em: 11 fev. 2021.

MUSEO Arqueologico San Miguel de Azapa. Disponível em: <http://masma.uta.cl/> Acesso em: 13 mar. 2021.

NIÑO del cerro El Plomo: una valiosa pieza antropológica. **Sítio eletrônico do Museo Nacional de Historia Natural**. Disponível em: https://www.mnhn.gob.cl/613/w3-article-5029.html?_noredirect=1 e <https://www.mnhn.gob.cl/sitio/Contenido/Colecciones-digitales/5015:Nino-del-cerro-El-Plomo-una-valiosa-pieza-antropologica>. Acesso em: 13 mar. 2021.

SANTOS VARELA, Mariela. Conservación preventiva de una colección única en el mundo: cuerpos momificados Chinchorro. **Conserva**, n. 6, p. 75-86, 2002. Disponível em: https://www.cncr.gob.cl/611/articles-4675_archivo_01.pdf. Acesso em: 18 fev. 2021.